



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**PARECER CONTRÁRIO Nº 58/2021**

**REFERÊNCIA: INDICAÇÃO LEGISLATIVA - PROCESSO N. 0120/2021**

**RELATOR: GIL MAGNO**

**Ementa: INDICA AO EXECUTIVO A  
NECESSIDADE DE ENVIO DE  
PROJETO DE LEI QUE DISPONHA  
SOBRE A CRIAÇÃO DE UM CONTROLE  
DA FROTA DE CAMINHÕES E  
MÁQUINAS QUE TRAFEGAM NO  
MUNICÍPIO COM A FINALIDADE DE  
USO PARA A CONSTRUÇÃO CIVIL**

Trata-se de projeto de indicação legislativa de nº 120/2021, de autoria da Ilma. Vereadora Gilda Beatriz, a qual indica ao executivo municipal a necessidade de envio de Projeto de Lei que “disponha sobre a criação de um controle da Frota de Caminhões e máquinas que trafegam no município com a finalidade de uso para a construção civil.”

O projeto recebeu parecer desfavorável do DAJ, o qual considerou tratar-se de proposta inconstitucional, pois é de competência privativa da União legislar sobre diretrizes da política nacional de transporte e trânsito e transporte. (Art. 22, IX e XI da CRFB/88).

Ressaltou o DAJ que o STF já se manifestou pela inconstitucionalidade em caso semelhante em Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 3.671, rel. min. Min. Gilmar Mendes J. 21-02-2020, P, DJE de 20-03-2020).

Este é o relatório.

Fundamentação.

É certo que a competência para legislar sobre trânsito e transporte é de competência privativa da União e que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é pacífica no sentido de que não cabe ao município legislar sobre trânsito e transporte.

Desse modo, em atenção ao Art. 35, I, e Art. 52, §1º do regimento interno, entendo que se trata de projeto inconstitucional por violar competência privativa da União. Logo, voto **DESFAVORALVELMENTE** a prosseguimento do projeto.

Sala das Comissões em 27 de Janeiro de 2021

\_\_\_\_\_  
OCTAVIO SAMPAIO  
Vice - Presidente

\_\_\_\_\_  
DR. MAURO PERALTA

Vogal

---

YURI MOURA  
Vogal